

Data da Reunião: 15/07/2025

Hora início: 19h00

Hora fim: 20h43

Local: Centro Administrativo de São Miguel do Oeste

Assuntos: Diagnóstico – Leitura da Realidade

Entidades: Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA e Município de São Miguel do Oeste

PARTICIPANTES

Conforme Lista de Presença (83 participações)

Dados Pessoais não citados em respeito aos preceitos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD)

Notas da Reunião

1 Aos quinze dias do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e cinco, presencialmente, no Centro
2 Administrativo de São Miguel do Oeste, realizou-se a Audiência Pública do Diagnóstico – Leitura da
3 Realidade, iniciada às dezenove horas, entre a Equipe de Planejamento de Cidades do Consórcio
4 Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA e a população de São Miguel do Oeste, para apresentar o
5 Diagnóstico – Leitura da Realidade. A senhora Ana Letícia S. G. agradeceu todos os presentes. Disse que
6 seria dado início à primeira Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor do município São Miguel do
7 Oeste, que tinha por finalidade apresentar o Diagnóstico - Leitura da Realidade, e coletar contribuições
8 da população. Apresentou a si mesma e o Consórcio Público Interfederativa Santa Catarina –
9 CINCATARINA. Explicou que era Supervisora de Atuação Governamental e que iria mediar a cerimônia.
10 Lembrou que o CINCATARINA é um Consórcio Público e não uma empresa, e que presta serviços técnicos
11 aos municípios catarinenses. Informou que o Consórcio passou a integrar a estrutura administrativa do
12 município de São Miguel do Oeste, por meio da Lei Municipal número sete mil, novecentos e setenta e
13 seis, de dois mil e vinte e dois. Apresentou os membros da Equipe de Planejamento de Cidades do
14 CINCATARINA, responsáveis pelos processos de revisão dos Planos Diretores, a senhora Joselaine T. e o
15 senhor Lucca S. D., ambos arquitetos e que iriam apresentar o material, e o senhor Luiz Gustavo P.,
16 Gerente de Atuação Governamental. Informou que a equipe estava identificada com crachá, e que, se
17 algum participante tivesse alguma dúvida durante a apresentação, poderia chamar. Destacou que a
18 Audiência Pública estava sendo gravada, seguindo os preceitos da Lei Geral de Proteção dos Dados, e
19 depois, seria transcrita e lavrada a ata, a ser disponibilizada posteriormente no site de revisão do Plano
20 Diretor de São Miguel do Oeste, junto com a apresentação e com todos os demais materiais elaborados
21 durante o processo de revisão do Plano Diretor. Lembrou que os participantes presentes deveriam assinar
22 a lista de presença e preencher a ficha de inscrição, caso tivessem interesse em contribuir no momento
23 destinado à manifestação pública. Frisou que o preenchimento deveria ser feito com nome e e-mail
24 legíveis, pois estes dados seriam utilizados para entrar em contato com os participantes, inclusive com as
25 autoridades. Informou que a lista de presença ficaria disponível até o final da Audiência Pública. Solicitou
26 que as fichas de inscrição fossem preenchidas com letra de forma, para que a equipe conseguisse
27 identificar o endereço de e-mail e depois entrar em contato. Convidou o Prefeito, o senhor Vardelidio
28 Edenilson Z. para fazer o uso da palavra. O senhor Vardelidio Edenilson Z. saudou a todos os presentes,
29 cumprimentou a Equipe de Planejamento de Cidades do CINCATARINA. Informou que o município estava
30 aderindo ao serviço de licitações compartilhadas do CINCATARINA. Agradeceu ao trabalho da Equipe e a
31 apresentação do Diagnóstico. Cumprimentou a equipe de governo, o secretariado, os servidores públicos
32 e vereadores presentes, bem como todas as entidades representadas. Disse que a partir desse momento
33 o município estava avançando em questões importantes para os próximos anos. Comentou que São
34 Miguel do Oeste estava um pouco atrasado no processo de revisão do Plano Diretor, e pediu a
35 compreensão e o comprometimento de todos. Disse que era importante saber como São Miguel do Oeste
36 está hoje, como chegou até a realidade atual, também a nível regional e nacional. Frisou a importância

37 do planejamento para daqui cinco ou dez anos, e qual seria a forma de conduzir a cidade para o futuro.
38 Afirmou que continuaria investindo e avançando de maneira economicamente sustentável. Pediu que
39 cada um pensasse não em si, ou na sua entidade, mas no melhor para o município. Disse que esperava
40 que todos pudessem contribuir para a melhoria da cidade, e que são responsáveis pelo seu futuro.
41 Reforçou a importância da participação, da *expertise* de cada um, do voluntariado, para fazer São Miguel
42 do Oeste cada vez melhor. Agradeceu novamente e passou a palavra para a senhora Ana Letícia S. G. A
43 senhora Ana Letícia S. G. explicou que a Audiência Pública seria dividida em três partes: a primeira, seria
44 a leitura do regimento interno, que já estava disponibilizado no *banner*. A segunda parte seria a da
45 apresentação do Diagnóstico – Leitura de Realidade, feito pela Equipe de Planejamento de Cidades do
46 CINCATARINA. E a terceira e última parte, seria a abertura de um espaço para as manifestações públicas.
47 Deu início à primeira parte da Audiência Pública, lembrando que era importante que todos ouvissem com
48 atenção, pois, ao participarem da cerimônia, os presentes estariam de acordo e concordariam em seguir
49 com o que está previsto no regimento. Fez a leitura do regimento da Audiência Pública. Fez uma breve
50 introdução, apresentando novamente o CINCATARINA, a Comissão e a metodologia de Revisão do Plano
51 Diretor. Apresentou a Equipe do Planejamento de Cidades, dizendo que ela é multidisciplinar, composta
52 por arquitetos, engenheiros, geógrafos, advogados, que prestam auxílio aos municípios no processo de
53 revisão. Explicou que, é elaborada uma primeira proposta de revisão dos materiais, e depois, a
54 deliberação sobre eles, bem como suas alterações, cabem à Comissão de Revisão do Plano Diretor e ao
55 Conselho de Planejamento Municipal. Disse que o CINCATARINA faz a mediação do processo. Esclareceu
56 que o CINCATARINA não vota e não decide, que apenas emite opinião técnica, e que o município possui
57 como representante, a Comissão de acompanhamento para a revisão do Plano Diretor. Mostrou os nomes
58 dos membros do Conselho na apresentação, explicando que são eles que representam o município.
59 Explicou que, se algum participante quisesse deixar alguma contribuição, poderia identificar algum
60 representante de entidade, responsável para trazer ao processo de revisão as contribuições da sociedade.
61 Disse que, também estava presente o Conselho de Planejamento Municipal, que junto da Comissão de
62 Revisão do Plano Diretor, formam as duas instâncias de análise e deliberação dos materiais. Afirmou que
63 o Diagnóstico foi elaborado, inicialmente, pelo CINCATARINA e depois alterado, deliberado e aprovado
64 pelo Conselho e pela Comissão. Fez a apresentação da metodologia de revisão do Plano Diretor. Explicou
65 que na etapa do Diagnóstico, a Equipe de Planejamento de Cidades do CINCATARINA vai ao município,
66 analisa os dados iniciais e monta o Diagnóstico, que é basicamente uma fotografia do município no
67 momento em que iniciou o processo de revisão. Reforçou que, ao longo de todo o processo, o município
68 vai mudando, pois a cidade não é estática. Mas que, é importante ter conhecimento do panorama de
69 onde o processo partiu, para conseguir traçar as próximas ações. Reforçou que, a partir do momento em
70 que foram concluídas as análises técnicas e as análises da população, e que estas são compiladas em um
71 material, é realizada a primeira Audiência Pública, para que todos possam conhecer as questões do
72 município que foram analisadas. Explicou as próximas etapas da metodologia. Falou sobre o Prognóstico,
73 etapa posterior em que serão traçadas ações baseadas no Diagnóstico. Informou que no dia seguinte
74 (dezesesseis de julho de dois mil e vinte e cinco) seriam realizadas as oficinas técnicas do Prognóstico, para
75 analisar algumas diretrizes de revisão, para depois iniciar as seguintes minutas de lei: Plano Diretor, Uso
76 e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo, Código de Posturas e Código de Obras e Edificações. Explicou
77 o escopo de cada uma delas. Disse que, após a elaboração das três primeiras minutas, ocorre a segunda
78 Audiência Pública, e após a elaboração das duas últimas minutas, ocorre a terceira e última Audiência
79 Pública, e que ao final é feita uma revisão dos materiais para a entrega final ao Poder Executivo, que por
80 sua vez, encaminhará ao Poder Legislativo para votar e aprovar. Reforçou a importância da participação
81 popular nesse processo. Passou a palavra para o senhor Lucca D. S., para que apresentasse o Diagnóstico.
82 O senhor Lucca D. S. iniciou explicando como é feita a coleta de dados, tanto para a parte do Diagnóstico
83 Técnico, quanto para a do Diagnóstico Comunitário. Disse que as fontes de dados são baseadas,
84 principalmente, nos dados coletados em campo, na legislação, nos dados do IBGE, nos dados enviados

85 pelo município, no cadastro imobiliário e nas próprias demandas que o município apresenta. Afirmou que
86 a Comissão participou ativamente na elaboração do Diagnóstico Técnico, e, no levantamento dos dados
87 *in loco*. Disse que, no ano de 2023, a Equipe de Planejamento de Cidades do CINCATARINA foi ao município,
88 passou de rua em rua, tirou fotos, realizou o levantamento da altura das edificações, e que esses foram
89 os dados que embasaram o Diagnóstico Técnico. Explicou que, o Diagnóstico Comunitário foi elaborado a
90 partir da perspectiva da população, que teve a oportunidade de responder um questionário on-line, no
91 início do processo, disponibilizado no site de revisão do Plano Diretor. Explanou que esse questionário
92 tinha algumas questões sobre o planejamento urbano, o gabarito das edificações, a largura dos lotes, o
93 tamanho da calçada, assim como um espaço para que a população falasse o que achava sobre o município
94 e qual era seu anseio para o novo Plano Diretor. Informou que a Equipe de Planejamento de Cidades do
95 CINCATARINA também recebeu contribuições por e-mail, opção que foi disponibilizada durante um
96 período determinado. Disse que também foram disponibilizados protocolos físicos, e que foi feita uma
97 palestra técnica no início do processo, junto com a Comissão e com o Conselho. Informou ainda, que
98 foram realizadas três reuniões comunitárias. Apresentou os cinco eixos de análises utilizados na
99 elaboração do Diagnóstico, junto com a legislação vigente do município: o Eixo Econômico e Social, que
100 apresentou onde a população estava alocada, quais são as principais fontes de economia do município; o
101 Eixo Estruturação Urbana, que abordou a realidade do município em relação ao uso e ocupação do solo,
102 às edificações, onde está o maior adensamento, onde as edificações são mais altas, onde tem-se o maior
103 uso comercial, e em quais vias ficam localizadas as atividades principais do município e as ocupações
104 irregulares; o Eixo Mobilidade Urbana, onde foi feita a classificação das vias, o levantamento da
105 pavimentação, do transporte público e dos modais ativos; o Eixo Qualificação Ambiental, apresentou os
106 dados sobre o clima, a hidrografia, o saneamento, as áreas de risco e de preservação permanente, a
107 declividade, a hipsometria e o uso da terra; e o Eixo Patrimônio Cultural, apresentou a origem da cidade
108 e as principais fontes de cultura, memória e identidade, a proteção dos seus bens culturais e os atrativos
109 turísticos do município. Explicou que no Diagnóstico Comunitário foi abordada a questão sobre a imagem
110 da cidade pela perspectiva da população do município de São Miguel do Oeste. Afirmou que a partir
111 daquele momento, iria entrar um pouco mais em alguns detalhes do Diagnóstico Técnico do município de
112 São Miguel do Oeste. Apresentou a caracterização geral do município dentro do Estado de Santa Catarina.
113 Mostrou a sua proporção urbana e rural, sendo que vinte e um por cento do município é ocupado pela
114 área urbana, e o restante compõe a área rural. Lembrou que a apresentação seria mais sucinta, pois são
115 muitas informações e demandaria muito tempo. Apresentou a análise da legislação vigente, começando
116 pelo Plano Diretor instituído pela Lei Complementar número dois, do ano de dois mil e onze. Afirmou que
117 seria uma legislação adequada, pois possui conteúdo sobre o planejamento e a política urbana do
118 município. Afirmou que o Plano Diretor compreende também leis complementares, como o Código de
119 Obras e Edificações, o Parcelamento do Solo, o Código de Posturas e o Uso e Ocupação Do Solo. Explicou
120 que o Plano Diretor vigente contém as políticas locais, urbanas e de mobilidade. Disse que a participação
121 popular também está prevista no Plano Diretor vigente. Explicou que o Plano Diretor vigente possui
122 previsão do Conselho para a deliberação dos instrumentos urbanísticos, e também possui regras de
123 transição, pois altera muitas questões do município, e a transição é necessária para que novos casos se
124 adequem à legislação. Afirmou que a lei vigente contempla as macrozonas do território como um todo,
125 incluindo as áreas urbanas e rurais. Frisou que todos estes são pontos positivos. Citou como aspecto
126 desfavorável, a necessidade de revisão, já que o Estatuto da Cidade prevê que os Planos Diretores devem
127 ser revistos, no máximo, a cada 10 anos, e a Lei do Plano Diretor de São Miguel do Oeste vigente é de
128 2011, portanto, já passou desse prazo. Disse ainda que, os princípios do Plano Diretor vigente são
129 generalistas em alguns pontos. Sobre o zoneamento, afirmou que, a partir da análise feita junto com a
130 Comissão, foram constatados alguns pontos genéricos e difíceis de compreensão e aplicação, e que isso
131 acabava trazendo insegurança jurídica para a aplicação dessa lei, assim como a burocratização de
132 processos. Falou que no uso e ocupação do solo, tem algumas questões que são de difícil de análise,

133 principalmente em relação às atividades permitidas em determinadas áreas, e citou como exemplo, a
134 aprovação de atividade vinculada a um tipo de via e à hierarquia viária. Abordou também os parâmetros
135 urbanísticos, explicando que essa sessão tem algumas permissões que deixam brechas para
136 interpretação, e deu como exemplo, a taxa de ocupação para determinados compartimentos da
137 edificação. Falou que a lei do Plano Diretor vigente tem a previsão dos instrumentos urbanísticos, mas em
138 alguns deles não há a indicação da área de incidência. Disse que o Plano Diretor vigente não possui a Lei
139 de Uso e Ocupação do Solo, sendo que a matéria se encontra dentro da redação do próprio Plano.
140 Apresentou o macrozoneamento vigente, as áreas especiais de interesse, que funcionam como uma
141 segunda classificação de zoneamento. Falou sobre o Código de Obras e Edificações, instituído pela Lei
142 Complementar número quatro, de dois mil e onze. Afirmou que seu conteúdo é adequado e aborda os
143 processos administrativos, os tipos de edificações, compartimentos, iluminação e ventilação, ressaltando
144 que estes são aspectos positivos. Disse que o Código de Obras e Edificações vigente aborda a
145 acessibilidade e atende aos parâmetros da norma brasileira, a noventa e cinquenta, dispõe sobre as
146 penalidades, sobre a aprovação de projetos, toldos, pergolados, instalações e a classificação das
147 edificações. Explicou que, como aspecto desfavorável, estão as terminologias, citando como exemplo a
148 falta de definição de edificações geminadas. Incluiu também os prazos de aprovação de projetos, a
149 incongruência com as normas técnicas, as divergências entre a redação e a aplicação da lei. Afirmou que
150 as disposições sobre os solos não são temas relacionados ao Código de Obras e Edificações, e sim ao
151 Uso e Ocupação do Solo. Ressaltou ainda como ponto desfavorável, a burocratização na documentação
152 de processos administrativos e as permissividades de licenciamentos ambientais relacionadas à isenção
153 de tratamento de esgoto. Explicou que o Código de Obras e Edificações vigente tem previsão sobre a
154 disponibilização de projetos para habitações sociais, mas que, foi pontuado pela Comissão, de que essa
155 disposição não foi aplicada até o momento, e que também, há ausência de regras de transição para essa
156 legislação no município. Explanou sobre o Código de Posturas. Disse que essa lei tem conteúdo adequado
157 e aborda o tratamento das edificações, do logradouro público, das calçadas, a disposição da coleta e
158 armazenamento de resíduos sólidos, dos divertimentos, do nível de ruído, meio ambiente, comércio e
159 licença de funcionamento, penalidades, inflamáveis, explosivos e cemitérios, sendo esses, pontos
160 positivos da lei vigente. Apresentou os aspectos desfavoráveis do Código de Posturas, como a poluição
161 visual e a falta de parâmetros para publicidade e propaganda. Disse que o Código aborda algumas
162 questões construtivas, que não são matéria dessa lei. Afirmou que o Código de Posturas vigente não
163 dispõe sobre animais de estimação, nem sobre sua permanência no logradouro público. Sobre o comércio
164 ambulante, explicou que a lei traz dispositivos burocráticos. Disse ainda, que no Código de Posturas não
165 há definição de termos usados na sua redação. Sobre a lei de Parcelamento do Solo vigente, explicou que
166 ela aborda dispositivos sobre loteamentos, condomínios, áreas verdes, regularização fundiária,
167 habitações de interesse social, dimensões mínimas de lotes, infraestrutura básica, calçadas, vias,
168 drenagem, iluminação, medidas e restrições para área de risco e declividade acentuada, e a doação de
169 áreas para espaços públicos de lazer. Como aspecto desfavorável, nas modalidades de parcelamento, há
170 conflitos com a lei federal. Disse também, que a lei disciplina sobre condomínios, mas que isso é complexo
171 e cabe às leis federais referentes à matéria. Citou a burocratização na documentação para aprovação de
172 parcelamento do solo. Explicou que a largura mínima de vias está prevista na lei do sistema viário do
173 município, mas que poderia estar disposta na lei de Parcelamento do Solo. Afirmou que a lei de
174 Parcelamento do solo não possui disposições sobre o transporte público em loteamentos, vias de
175 pedestres, mobilidade urbana, e apresenta conflito legislativo sobre as áreas de preservação permanente.
176 Sobre as calçadas, disse que faltam dispositivos em relação à sua execução e à manutenção das áreas
177 verdes, pelo proprietário, durante a execução do loteamento. Apresentou mais profundamente os eixos
178 de análise do Diagnóstico, começando pelo Econômico e Social, que apresenta informações sobre a
179 concentração da população, perímetro urbano, desenvolvimento econômico e atividades, distribuição de
180 renda e déficit habitacional. Afirmou que em dois mil e dez, São Miguel do Oeste, tinha uma população

181 de trinta e seis mil, trezentos e seis habitantes, e teve um acréscimo de vinte e dois por cento ao longo de
182 doze anos. A distribuição da população é de oitenta e dois por cento na área urbana e onze por cento na
183 rural. Afirmou que a faixa etária média do município é de trinta a quarenta e nove anos, e a média é de
184 trinta e seis anos; o PIB bruto ocupa a posição número quarenta no estado, e o per capita a posição
185 número oitenta e oito; e o IDH ficou na décima posição no *ranking* do estado, ponto positivo para o
186 município. Disse que, em relação aos empregos, os dados foram extraídos do IBGE, dos anos de dois mil
187 e vinte e dois e dois mil e vinte e três, e teve um acréscimo de quatro vírgula seis por cento naquele
188 período; e o déficit habitacional em dois mil e dez, era de mil cento e quarenta e quatro demandas por
189 habitação. Apresentou a divisão média por setor censitário do município. Explicou o segundo eixo de
190 análise do Diagnóstico, o de Estruturação Urbana, que compreende o uso e ocupação do solo, localização
191 dos vazios, gabaritos, evolução urbana, densidade populacional e ocupações irregulares. Afirmou que o
192 uso residencial é predominante no município. Apresentou os principais eixos viários e a localização dos
193 usos mistos e agrícolas. Afirmou que a predominância do gabarito é de dois pavimentos e poucos
194 ultrapassavam oito pavimentos. Mostrou a localização dos vazios urbanos e as manchas de evolução
195 urbana, com a distribuição de infraestrutura, apontando que não há uma direção clara para onde o
196 município está crescendo, pois a urbanização ocorre para todos os lados. Disse que a maior densidade se
197 localiza predominantemente no Centro, onde tem a maior concentração de gabaritos mais altos.
198 Apresentou as áreas especiais de interesse especial, voltadas à população de baixa renda. Na sequência,
199 apresentou o eixo Mobilidade Urbana, falando sobre os modos de transporte e a malha viária, a condição
200 das calçadas, a acessibilidade e o mobiliário urbano. Falou que o terminal rodoviário existente em São
201 Miguel do Oeste é um ponto positivo para a mobilidade, assim como a pavimentação asfáltica. Disse que
202 o transporte coletivo parou de funcionar e que este é um ponto negativo. Afirmou que o município dispõe
203 de transporte escolar, possui boa distribuição do mobiliário urbano, praças e áreas destinadas aos
204 estacionamentos públicos, conta com malha cicloviária e aeródromo. Salientou que o município é cortado
205 por rodovias, o que facilita o escoamento de atividades de grande porte nesses trechos. Lembrou da
206 possibilidade da construção de um contorno viário, que foi levantada durante as análises de mobilidade
207 urbana. Na sequência, apresentou o eixo Qualificação Ambiental, que aborda a localização do município,
208 condicionantes ambientais, clima, recursos hídricos, saneamento, áreas de riscos ambientais, áreas de
209 preservação permanente, declividade, hipsometria e o uso da terra. Falou sobre os recursos hídricos, que
210 abrangem as bacias hidrográficas do rio Peperi-Guaçu e do rio das Antas, os rios Guamirim, Famoso e dos
211 Perdidos, localizados no perímetro urbano do município. Mostrou a análise das áreas com riscos
212 ambientais, que oferecem potencial de desastre à população, sendo esta uma informação importante
213 para a lei de Uso e Ocupação do Solo a ser elaborada. Apresentou as Áreas de Preservação Permanente e
214 suas localizações no município, bem como o impacto das ocupações irregulares. Mostrou o cartograma
215 das declividades, evidenciando que o perímetro urbano se localiza na área mais baixa, sendo esse um
216 ponto positivo para a urbanização. Afirmou que, na área leste, as declividades são mais acentuadas, mas
217 que o município não as ocupa, sendo esse um fator positivo para a preservação ambiental. Falou sobre a
218 cobertura florestal e o uso da terra, as áreas urbanizadas, de floresta nativa e sua proteção, bem como da
219 agricultura localizada, principalmente, na porção oeste. Apresentou o eixo do Patrimônio Cultural que
220 abrange a origem da cidade, a colonização, a proteção do patrimônio cultural e os atrativos turísticos.
221 Disse que o município possui uma legislação específica de proteção ao patrimônio, mas que não existem
222 bens tombados. Disse que o município possui também um Conselho que trata desse tema, um museu e
223 patrimônio imaterial, como as danças ítalo-germânicas. Passou a palavra para a senhora Joselaine T. para
224 ela apresentar o Diagnóstico Comunitário. A senhora Ana Letícia S. G. lembrou que todas as informações
225 que foram apresentadas eram vigentes no momento da elaboração do Diagnóstico, no ano de dois mil e
226 vinte e três. Reforçou que as inscrições de fala já estavam abertas e que, quem quisesse participar poderia
227 pegar as fichas impressas com o senhor Luiz Gustavo P. A senhora Joselaine T. cumprimentou os presentes
228 e disse que iria apresentar de forma breve, a segunda parte do Diagnóstico. Afirmou que a Equipe de

229 Planejamento de Cidades do CINCATARINA foi até o município, ouviu a população, disponibilizou
230 questionários para a Comissão e no site, e as contribuições recebidas seriam apresentadas. Disse que a
231 primeira parte dos trabalhos foi a palestra técnica, que tinha como intuito reunir a Comissão e mostrar
232 como seria o processo de Revisão do Plano Diretor, além de levantar as principais questões sobre o
233 município, para serem debatidas, e quais os anseios para o novo Plano Diretor. Afirmou que a palestra
234 técnica foi realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três e que teve a participação
235 de treze, dos quatorze membros da Comissão. Disse que foi aplicado um questionário técnico sobre temas
236 relacionados ao planejamento urbano. Afirmou que o questionário ficou disponibilizado de forma on-line
237 para a Comissão, do dia vinte e quatro de fevereiro até o dia dez de abril, de dois mil e vinte e três. Disse
238 que uma das perguntas do questionário era sobre o gabarito nos bairros. Explicou que o gabarito é a altura
239 das edificações em pavimentos. Sobre esse tema, disse que a Comissão foi questionada sobre qual seria
240 o ideal para os bairros. Apresentou as respostas, sendo elas: os modelos de dois a cinco andares foram
241 considerados os mais desejáveis para os bairros; o modelo de dez andares foi considerado mais aceitável;
242 e o modelo de mais de doze andares foi considerado como intolerável. Apresentou a questão em relação
243 à altura dessas edificações na região central. Disse que a resposta da Comissão foi de que o modelo de
244 dois andares era considerado o mais aceitável, e os modelos de cinco a dez andares apresentaram-se
245 como os mais desejados. Afirmou que no questionário foi perguntado também sobre as paredes cegas,
246 tanto na parte que faz divisa com o sistema viário, quanto com a vizinhança. Disse que a Comissão
247 respondeu com uma forte rejeição sobre as paredes cegas, tanto na fachada voltada à rua principal, e
248 uma possível aceitação de paredes cegas na divisa com o vizinho. Ressaltou que também foi questionado
249 sobre os espaços públicos, como que eles deveriam ser, como eles são, e o que a população gostaria que
250 tivesse, ou que não tivesse. Disse que os resultados foram de que os pontos mais desejáveis sobre os
251 espaços públicos eram a arborização adequada, as calçadas acessíveis e padronizadas e as fachadas com
252 vitrine; já os resultados que foram aceitáveis são para a presença de mesas nas calçadas; e os resultados
253 que mostraram o que a Comissão não gostaria que tivesse nos espaços públicos foram por mostruários
254 fora das lojas. Disse que, sobre os afastamentos das edificações, a Comissão falou que a preferência seria
255 de até três metros entre edificações. Afirmou que também foi questionado sobre alguns parâmetros de
256 lote, como dimensão, profundidade, afastamentos laterais e de fundos, recuo frontal e o tamanho das
257 calçadas, e que os resultados mostraram maior preferência na profundidade dos lotes, na medida Y, fosse
258 de vinte metros, os afastamentos laterais fossem de um metro e cinquenta centímetros, o recuo frontal
259 fosse de dois a quatro metros, o recuo dos fundos fosse de três metros e a largura da calçada de dois
260 metros. Afirmou que também foi questionado sobre os serviços de infraestrutura urbana, os já existentes
261 no município e o que a Comissão achava desses serviços prestados. Apresentou os resultados que foram:
262 os serviços considerados bons, foram para comércio e serviços, iluminação pública, limpeza urbana, coleta
263 de lixo, segurança pública, postos de saúde, hospital, escolas e creches; já os resultados que foram
264 considerados aceitáveis foram aqueles relacionados à drenagem de água; e os itens piores avaliados
265 foram as ciclovias e ciclofaixas, o tratamento de esgoto e o transporte público. Sobre as reuniões
266 comunitárias, explicou que tinha sido um momento para reunir e ouvir a população, separando a análise
267 do município em alguns eixos. Disse que as reuniões comunitárias aconteceram no mês de março de dois
268 mil e vinte e três, foram seis reuniões no município de São Miguel do Oeste, e a metodologia utilizada foi
269 realizar uma palestra sobre planejamento urbano para a população, e reuni-la em grupos, onde eles
270 avaliavam vários eixos que foram apresentados nessa Audiência Pública, além de condicionantes,
271 deficiências e potencialidades para cada eixo estruturante do município. Explicou que as reuniões
272 comunitárias reuniram cinquenta e um grupos e tiveram a participação de duzentas e sessenta e seis
273 pessoas, durante seis dias. Mostrou fotos das reuniões comunitárias e disse que no eixo Econômico e
274 Social, a população considerou como condicionante, o setor empresarial e de serviços, bem como os
275 incentivos à novas empresas e a boa empregabilidade do município; as políticas de saúde e educação
276 pública, as escolas e hospitais, foram considerados bons e deveriam ser mantidos. Apresentou as

277 deficiências, onde foram pontuados pela população, os serviços públicos, a burocratização dos processos,
278 a assistência à programas sociais, onde faltam loteamentos de interesse social, e as política públicas para
279 a população de baixa renda; no setor empresarial e de serviços faltam alguns incentivos para novas
280 atividades; foram apontadas também, deficiências no setor de saúde e a falta de policiamento em
281 algumas áreas do município. Disse que a população destacou como potencialidade do município,
282 novamente o setor empresarial, educação pública e as políticas de saúde. No eixo de Estruturação Urbana,
283 disse que nas condicionantes, a população pontuou como pontos positivos a padronização do traçado
284 urbano, a morfologia da cidade, as ruas largas, a infraestrutura urbana adequada, a presença de praças e
285 academias ao ar livre; e como deficiência, a ausência de espaços públicos, áreas verdes livres, questões
286 sobre o zoneamento e os parâmetros urbanísticos, infraestrutura urbana, falta pavimentação,
287 esgotamento sanitário e iluminação; como potencialidades, foram ressaltados os espaços públicos, a
288 infraestrutura urbana e a revisão das legislações urbanísticas. Afirmou que, no eixo Mobilidade Urbana,
289 como condicionante, a população falou sobre a dimensão, pavimentação das vias públicas, padronização
290 e acessibilidade das calçadas, disponibilidade de vagas de estacionamento e a presença de ciclovias e
291 ciclofaixas; como deficiência, destacou a falta em algumas ruas, de pavimentação, conservação e
292 manutenção, insegurança viária, falta de padronização e acessibilidade das calçadas, suspensão do
293 transporte coletivo e a ausência de pontos de embarque e desembarque; como potencialidade, a
294 população destacou que sejam continuadas as pavimentações e a conservação, a dimensão das vias largas
295 e bem estruturadas, o retorno do transporte coletivo urbano, mais vagas de estacionamento e que as
296 calçadas sejam acessíveis e padronizadas. Seguiu apresentando o eixo Qualificação Ambiental, que, como
297 condicionante, a população abordou sobre a preservação dos recursos hídricos, o fato de o município
298 possuir plano de arborização urbana e gestão de resíduos sólidos com coleta seletiva; como deficiência,
299 foram apontados que, em algumas localidades, não tem saneamento básico ou que ele precisa ser
300 melhorado de forma geral, a preservação dos recursos hídricos, mais parques e áreas livres de lazer, bem
301 como que se tenha mais arborização urbana em outras áreas da cidade; e como potencialidade, mais
302 equipamentos urbanos de lazer, mais praças em todas as áreas, a continuidade do plano de arborização
303 urbana e melhorias dos recursos hídricos. No eixo Patrimônio Histórico e Cultural, explicou que a
304 população ressaltou que o município possui espaços históricos e religiosos, eventos e manifestações
305 culturais, e que as edificações históricas são preservadas e valorizadas; como deficiência, foi pontuada a
306 necessidade de preservar as edificações, a difusão do patrimônio do município, que sejam mapeados os
307 espaços históricos, além dos já conhecidos, e que o turismo seja fomentado; como potencialidade, a
308 população indicou as políticas públicas e os programas voltados à valorização cultural, as leis de
309 tombamento, o mapeamento das edificações históricas e culturais para a preservação, assim como o
310 fomento do turismo rural. Apresentou as questões que a população trouxe nas reuniões comunitárias.
311 Explicou que foram aplicados questionários de contribuição, disponibilizados no site do CINCATARINA, no
312 período entre vinte e quatro de fevereiro, até dezessete de abril de dois mil e vinte e três. Afirmou que o
313 questionário trazia questões sobre a imagem da cidade, planejamento urbano, desenvolvimento e os
314 anseios sobre a revisão do Plano Diretor. Informou que foram obtidas cento e setenta e três contribuições,
315 e que a população foi questionada sobre o que achava a respeito dos serviços de infraestrutura urbana
316 do município. Apresentou os resultados: foram bem avaliados o comércio e os serviços, lazer e esportes,
317 escolas e creches, posto de saúde, segurança pública, ofertas de moradia e emprego; os itens piores
318 avaliados foram a cultura e o transporte público; na questão dos espaços públicos, os itens mais bem
319 avaliados foram as calçadas e arborizações, e o pior avaliado foi os mostruários fora das lojas; sobre a
320 tipologia ocupacional, os modelos de dois a cinco andares foram os mais rejeitados, os modelos de oito
321 andares os mais aceitáveis, e os modelos com mais de doze andares, foram os mais desejáveis; sobre os
322 afastamentos, a população disse que gostaria que fosse de três a cinco metros entre as edificações; e
323 sobre as paredes cegas, teve uma rejeição por parede cega na fachada frontal e uma aceitação de parede
324 cega na fachada lateral com vizinhança. Ressaltou que todas as contribuições foram vindas da população,

325 em três diferentes formas. Deu início à explicação de como se dava a participação popular no processo,
326 explicando que esse seria o momento em que os presentes poderiam participar. Mostrou um *QRCode* que
327 direcionava ao endereço eletrônico do CINCATARINA, onde estão disponíveis todos os materiais do Plano
328 Diretor, e em uma aba específica é possível enviar contribuições e sugestões. Apresentou, para envio de
329 contribuições sobre o Diagnóstico, o endereço de e-mail pensarsaomigueldooeste@cincatarina.sc.gov.br,
330 e o prazo estabelecido de até vinte e quatro de julho de dois mil e vinte e cinco. Disse que seria aberto o
331 momento de fala para os participantes da Audiência Pública. Agradeceu a passou a palavra para a senhora
332 Ana Letícia S. G. A senhora Ana Letícia S. G. disse que a apresentação foi extensa, mas sucinta,
333 considerando que o Diagnóstico – Leitura da Realidade possui quatrocentas e cinquenta e quatro páginas,
334 e que é um documento importante para traçar as diretrizes das próximas etapas do processo de Revisão
335 do Plano Diretor. Reforçou que quem tivesse mais questões ou dúvidas, teria até vinte e quatro de julho
336 para enviar as dúvidas e contribuições. Esclareceu que quem ali dos presentes quisesse pegar as fichas de
337 inscrição, tinha uma folha destacável com o endereço de e-mail, que poderia ser levado para casa. Falou
338 novamente sobre o *QRCode* que dá acesso ao site de Revisão do Plano Diretor. Frisou que as contribuições
339 deveriam ser feitas sobre o Diagnóstico apresentado, mas no site de Revisão do Plano Diretor, o contato
340 fica disponível durante todo o processo de revisão, e que as contribuições recebidas previamente seriam
341 guardadas para a etapa da elaboração das minutas. Lembrou novamente a obrigatoriedade de todos
342 assinarem a lista de presença. Deu dez minutos para a finalização das inscrições e lembrou o
343 procedimento: que assinassem e preenchessem a ficha de forma legível e devolvessem à Equipe de
344 Planejamento de Cidades do CINCATARINA, que iria preencher o número, pois as contribuições seriam
345 lidas por ordem de inscrição. Para manifestação oral, o tempo fornecido seria de dois minutos, e se fosse
346 por escrito, seria lida. Explicou que depois, as contribuições seriam compiladas com as recebidas até o dia
347 vinte e quatro de julho, e que os nomes seriam retirados para que a Comissão e o Conselho pudessem
348 avaliar de forma imparcial. Disse que seria dado para cada contribuição, um parecer da Equipe do
349 Planejamento de Cidades do CINCATARINA, e que a Comissão e o Conselho iriam votar sobre a inclusão,
350 ou não, da contribuição no material. Deu dez minutos para os participantes. Após encerrar o prazo, a
351 senhora Ana Letícia S. G. iniciou a terceira parte da Audiência destinada à manifestação pública. Iniciou a
352 chamada dos inscritos, por ordem. Chamou a de número um, do senhor Rudinei A. S. O senhor Rudinei A.
353 S. disse que falava em nome do Conselho Empresarial das Entidades de São Miguel do Oeste, que
354 representa hoje, dezessete entidades do setor produtivo. Lembrou aos participantes que o seu interesse
355 era público e não pessoal e que iria fazer uma explanação rápida. Afirmou que participar da revisão do
356 Plano Diretor, não era apenas uma honra, mas também uma responsabilidade do setor produtivo, que
357 envolve comércio, indústria, setor dos agronegócios, serviços e cooperativismo, que são a base de
358 sustentação da economia que gera empregos, inovação, promove a inclusão, movimenta a cadeia social
359 e tributária e os serviços públicos, que estão sempre funcionando. Disse que priorizar o desenvolvimento
360 econômico no Plano Diretor é importante, assim como reconhecer o papel que esse setor desempenha
361 na melhoria das condições da vida da população como um todo. Reforçou que o Conselho desejava que,
362 fundamentalmente, o Plano Diretor sinalize com clareza e segurança jurídica as áreas destinadas à
363 expansão empresarial, incentivos à inovação e à sustentabilidade, trazendo diálogo aberto com os
364 empreendedores locais. Afirmou que o desenvolvimento econômico não pode ser tratado como um
365 apêndice, e que ele deve ser o pilar central de nossa estratégia de cidade. Salientou que São Miguel do
366 Oeste tem condições reais de se consolidar como um polo regional de referência em empreendedorismo,
367 tecnologia e responsabilidade socioambiental. Disse que estariam prontos como entidade representativa,
368 para colaborar com o crescimento e responsabilidade da transformação do nosso potencial, em
369 resultados concretos para toda a sociedade. Afirmou que a entidade deseja que o Plano Diretor seja um
370 facilitador ao desenvolvimento, e não um empecilho. A senhora Ana Letícia S. G. perguntou se o ofício
371 descrito na ficha tinha sido enviado pelo site, e o senhor Rudinei A. S. disse que estava com ele em mãos,
372 naquele momento. A senhora Ana Letícia S. G. agradeceu a contribuição e disse que ela seria analisada e

373 respondida no site de Revisão do Plano Diretor. Chamou a segunda inscrição, a do senhor Luiz Alberto S.
374 O senhor Luiz Alberto S. iniciou dizendo que representava o Instituto Parceiro Anjo e que seria breve e
375 finalizar com uma sugestão de melhoria ao Diagnóstico apresentado. Explicou que colocou na ficha de
376 contribuição, como um dos pontos negativos, a questão dos recursos hídricos, e que no Diagnóstico foram
377 identificados três rios: o Lajeado Guamirim, que é o rio que corta o Centro e finaliza no Rio Famoso, e o
378 Rio dos Perdidos. Sobre o último, disse que não sabia onde se localizava, e que talvez os demais presentes
379 também teriam essa dúvida. Comentou que o Rio Famoso iniciava depois do alto Guamirim e a cidade de
380 Descanso. Frisou que o Rio Lajeado Guamirim, tem uma fonte na vila dos oficiais, corta toda a cidade e
381 absorve muito lixo, principalmente, roupa. Reforçou que o Instituto Parceiro Anjo é um parceiro da
382 administração municipal. Agradeceu e parabenizou a administração municipal por ter recebido as suas
383 demandas, e prontamente terem feito os encaminhamentos, mas que gostaria que todos pudessem
384 conhecer a sua propriedade na Linha Santa Catarina, que possui aproximadamente nove mil metros, e
385 tem muito lixo. Disse que estão iniciando a implementação de ecobarreiras. Salientou que é urgente que
386 isso seja feito, não somente na Linha Santa Catarina, já que seria de conhecimento de todos que esse lixo
387 cai no Rio Famoso, e a cidade de Descanso trata a água que abastece as pessoas que moram lá. Falou que
388 queria novamente pedir e fazer um apelo, de que seja dada atenção mais especial para a questão dos
389 recursos hídricos, principalmente, do rio Lajeado Guamirim, começando com a recolha desse lixo que está
390 dentro do rio, para retirada e destinação correta. Frisou que o Instituto Parceiro Anjo já está em
391 andamento com as ecobarreiras em sua propriedade. A senhora Ana Letícia S. G. agradeceu a contribuição
392 e disse que seria analisada e respondida no site de Revisão do Plano Diretor. Disse que tinha uma última
393 inscrição, a do senhor Sérgio S. Pediu que o senhor Sérgio S. se identificasse para conferir o e-mail. A
394 manifestação foi escrita e lida pela mesa. A senhora Ana Letícia S. G. fez a leitura da proposta, que dizia
395 para dar mais ênfase às edificações de mais pavimentos nos bairros e fazer a ampliação no Plano Diretor
396 em relação às edificações. Não havendo mais manifestações, declarou encerrada a Audiência Pública, em
397 nome da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste e do CINCATARINA, às vinte horas e quarenta e
398 três minutos do mesmo dia.